

ESPECIFICAÇÃO HISTÓRICA DA LUTA CONTRA A OPRESSÃO NA AMÉRICA LATINA

Flávio Bezerra de Farias

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

ESPECIFICAÇÃO HISTÓRICA DA LUTA CONTRA A OPRESSÃO NA AMÉRICA LATINA

Resumo: Por um desenvolvimento socioeconômico no interesse da massa de oprimidos latino-americanos, este texto analisa a grande transformação capitalista atual e faz uma crítica das ideologias de socialização burguesa, bem como uma defesa da utopia concreta de uma unidade regional socialista, pela superação de toda forma de exploração, dominação e humilhação. Neste sentido, não há antinomia entre movimentos sociais e movimentos políticos e sindicais.

Palavras-chave: Socialização, ideologia, Estado, emancipação.

HISTORICAL SPECIFICATION OF THE STRUGGLE AGAINST OPRESSION IN LATIN AMERICA

Abstract: In defense of a socioeconomic development in the interests of the Latin American mass of oppressed, this paper analyzes the current capitalist great transformation and produces a critique of the ideologies of bourgeois socialization, and defends a concrete utopia of a socialist regional unit to overcome all forms of exploitation, domination and humiliation. In this way, there is no contradiction between social, political and trade unions movements.

Keywords: Socialization, ideology, State, emancipation.

Recebido em 10.04.2009. Aprovado em 16.06.2009.

1 INTRODUÇÃO: grandes transformações e transposições

Para evitar o idealismo e o mecanicismo de conceitos como *grande transformação*, ou *transição* entre *constelações* sociais, formulados por Polanyi (1980) e Habermas (2003), respectivamente, utiliza-se a ontologia do ser social para explicitar uma configuração dialética no contexto das respectivas evoluções do capital e do Estado, cujas mediações de contradições são historicamente determinadas, mas estão articuladas num movimento geral que leva à intensidade das relações dialéticas entre ambas as categorias (FARIAS, 2003, p. 161).

Na realidade, depois da crise mundial dos anos 1970, ocorreu uma *grande transformação histórica* (ENGELS, 1976, p. 70) na formação socioeconômica capitalista, que passou a se situar para além do fordismo (FARIAS, 2000) e na era da globalização (FARIAS, 2001). Como em toda análise concreta de um processo histórico real, alude considerar a possibilidade tanto de realizações catastróficas e bárbaras¹, quanto de processos de redenção e de socialização,² seja reformista, seja revolucionária.

Posto que a intensidade pós-moderna das relações dialéticas entre Estado e capital implica totalitarismo – em vez de realizar a democracia e a paz na escala global – urge a rejeição da experiência neoliberal de reestruturação e globalização do capital. O movimento real de superação do estado de coisas presente, se exprime tanto nas esferas do capital em geral e dos capitais numerosos, como nos domínios das formas políticas, jurídicas, estatais, ideológicas, etc. Mas, isto não implica adesão à *realpolitik* que impõe um farsante retorno pendular e estatizante à burocratização seja da social-democracia, seja do socialismo real.

O fracasso das experiências de socialismo real entusiasmou os *pragmáticos*, como Rorty (1998, p. 50-51), que “consideram assentada a social-democracia, no sentido de que desejam nivelar as desigualdades sociais mediante as operações de um Estado de bem-estar. Mas, não têm interesse algum em acabar com o capitalismo”, na crença de “que as virtudes públicas seguirão dependendo dos vícios privados.” Assim, conforme argumenta outro filósofo liberal, “aspira-se hoje a sociedades de tipo liberal em quase todos os lugares do mundo, em condições radicalmente diferentes.” (TAYLOR, 2000, p. 275). Na era pós-moderna, contudo, as diferenças se anulam nos “programas políticos ditos transformadores da ordem social por meio de ajustes reformistas”, pois “todos adotaram como princípio inspirador fundamental a crença” tanto de mudanças instituídas autoritária e gradualmente, como “no interior dos limites do sistema estrutural

estabelecido do capital” – de sorte que, “não é de se estranhar que, em todo lugar, o trabalhismo social-democrata tenha acabado por abandonar completamente até o seu moderado programa reformista, encontrando-se do mesmo lado – e, em alguns casos mais proeminentes, até mesmo muito à direita – de seu antigo adversário político conservador.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 324). Como nas condições neoliberais estabelecidas pela “contrarrevolução de Thatcher” podem surgir “rupturas no interior da comunidade política” sob a “modalidade de luta de classes em que os cidadãos menos favorecidos sentem que seus interesses são sistematicamente negligenciados ou negados”, conviria evidentemente resgatar a “solidariedade” típica do mundo ocidental “na forma das várias medidas do Estado do bem-estar social”, cujo papel “pode, ao lado de sua justificativa intrínseca, ser crucial para manter em funcionamento uma sociedade democrática.” (TAYLOR, 2000, p. 298 e 302).

Face ao autoritarismo e ao mal-estar causado pela instalação do modelo neoliberal, alguns de seus críticos reformistas propõem até mesmo uma “radicalização do projeto keynesiano”, pois, “mesmo se sua ambição era de salvar o capitalismo, sua compreensão da economia pode servir de base para um projeto autenticamente socialista”, pelo lado dogmático; e, pelo lado pragmático, “enfim, uma vez que se fez o luto de uma utopia de socialização integral e transparente, a questão do socialismo reside, precisamente, na determinação dos lugares necessários de socialização e a escolha de suas hierarquizações.” (WERNER, 2004, p. 114). Em compensação, como diria Mandel (2006, p. 310), “sob o pretexto da *eficácia*”, o keynesianismo é tão famoso quanto o estalinismo por “ter degradado a teoria até o nível de um pragmatismo vulgar e apologético, o qual se traduziu, em definitivo, numa enorme perda de eficácia prática.”

Bem antes das famigeradas teorizações keynesianas e estalinistas – inúmeras vezes requentadas pela guerra fria, e agora pela guerra de choque e pavor – a gênese da convergência entre as configurações burocráticas reais desencadeou-se nos anos 1920, quando a experiência soviética ilustrou a “errônea concepção de querer construir o socialismo com elementos do capitalismo, sem mudá-los realmente o significado.” (CHE GUEVARA, 2006, p. 112). Buscou-se superar o capitalismo através de reformas nas quais “o *planejamento* começa sendo uma *direção social* das forças produtivas (através de uma socialização efetiva mais ou menos completa dessas forças)”, sob a promessa de “se tornar uma *dominação social* sobre essas forças” (BETTELHEIM, 1977, p. 46). Porém, isto exigiria a extinção revolucionária das formas estatais e mercantis simples e

desenvolvidas, inclusive de seus fetichismos. Por isso mesmo, numa experiência realmente socialista,

O planejamento é a primeira etapa na luta do homem por adquirir pleno domínio sobre as coisas. Quase se pode dizer que a idéia de planejamento é um estado de espírito condicionado pela posse dos meios de produção e pela consciência da possibilidade de dirigir as coisas, de retirar do homem sua condição de coisa econômica. (CHE GUEVARA, 2006, p. 131).

Como sublinhou o revolucionário argentino, em abril de 1965, referindo-se à *Nova Economia Política* (adotada pela União Soviética a partir de 1921),

nela se mantêm as velhas relações capitalistas, se conservam as velhas categorias do capitalismo, isto é, existe a mercadoria, de certo modo, há os juros cobrados pelos bancos e, naturalmente, o interesse material direto dos trabalhadores. (CHE GUEVARA, 2006, p. 9).

De fato, o requisito decisivo para superar as formas capitalistas e implantar “novas categorias de um caráter mais elevado” nunca se consumou nas diversas experiências de “construção da sociedade socialista” (CHE GUEVARA, 2006, p.10), ocorridas ao longo do século XX – inclusive quando a “URSS impõe o socialismo através da força das armas aos países de Democracia Popular.” (id. *ibid.*, p. 98). Assim, a *Nova Economia Política*, em vez de ser um período de transição entre o capitalismo e o socialismo (como fase inicial da construção comunista de uma sociedade nova), levou ao *socialismo real* e “nessas condições, o homem não desenvolve todas as suas fabulosas possibilidades produtivas, nem se desenvolve ele mesmo como construtor consciente da sociedade nova.” (id. *ibid.*, p.10). Afinal de contas, a transição para a economia socialista não passa pela mediação de “um sistema mundial do socialismo com um só país socialista” (id. *ibid.*, p.98), como na experiência imperialista soviética, nem tampouco de uma construção de bloco neoliberal reconvertida à social-democrática, como na experiência imperialista europeia. Em ambos os casos, haveria uma disparatada negação da dialética, num processo no qual “todos os resíduos do capitalismo são utilizados ao máximo para eliminar o capitalismo.” (id. *ibid.*, p.188).

Convém levar adiante a ideia geral de transição para o socialismo elaborada por Che Guevara, que partiu da crítica marxiana da

economia política para sustentar a tese de que o movimento real que supera o capitalismo não faz concessões à manutenção do processo dialético de desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro, o qual, num contexto mercantil desenvolvido, transforma-se necessariamente em exploração do homem pelo homem, para o desgosto de muitos socialistas utópicos. Assim,

Pode ser que as diferentes formas do dinheiro correspondam melhor à produção social em diversas etapas, uma eliminando certos defeitos enquanto que a outra não consegue fazê-lo; mas, na medida em que permanecem formas do dinheiro, e este resta uma relação de produção essencial, nenhuma pode abolir as contradições inerentes à relação monetária, somente podem, ao contrário, representá-las sob uma forma ou sob outra. Nenhuma forma de trabalho assalariado, mesmo se uma pode suprimir o defeito da outra, pode suprimir os defeitos do próprio trabalho assalariado. (MARX, 1980, p. 57).

Portanto, em vez de se limitar à escolha nacional-reformista entre a economia mista, o socialismo real do século XX e o socialismo virtual do século XXI – ou compactuar com as situações híbridas, como o social-liberalismo, que abrem a guarda para as regressões neoliberais propriamente ditas – a via revolucionária de superação da mercantilização da sociedade tem que ser atualizada e especificada, no contexto regional latino-americano. Nas opções de unificação regional sob as formas ALBA, ALCA e MERCOSUL (KATZ, 2006) – considerados os seus prolongamentos e as mudanças regionais provocadas –, ocorre, ao contrário, uma integração sujeita ao conformismo e à resignação ao capitalismo, em geral; e, em particular, há o mito reformista de um bloco regional capitalista e independente. Embora, no sentido próprio, a Venezuela fique num pólo, no outro se situe a Colômbia e o Brasil, por sua vez, permaneça no centro.

Entretanto, antes mesmo de que a América Latina neoliberal se firmasse na via “democrática” atual, o desenvolvimento social na região fora muitas vezes considerado pelos cientistas sociais como uma etapa naturalmente burguesa e pacífica, por assumir a tendência de uma forma discursiva, onde a *palavra* tem a primazia sobre o *sangue* (TOURAINÉ, 1988), uma vez descartada a *crítica das armas* (DEBRAY, 1974). Além disso, ideologias discursivas e práticas imperialistas tentam fazer valer a ideia de que o governo liberal-democrático corresponde sempre ao melhor dos mundos. Um historiador inglês lembra “o

fato, tantas vezes ignorado, de que o bem-estar dos países não depende da presença ou da ausência de um tipo de arranjo institucional, por mais recomendável que este seja, do ponto de vista moral.” (HOBBSAWM, 2007, p. 100). Para os que se contentam com antinomias progressistas, como a risível do *balanço positivo*, em termos de arranjos liberais, dois exemplos bastam, a saber: Quanto aos velhos arranjos, preferir o providencialismo (Estado social), em vez do mercado *autorregulável* (Estado liberal) ou *livre e eterno* (Estado pós-moderno); Quanto aos novos arranjos, em vez de um Brasil de Estado fraco, preferir a China de Estado forte, antes mesmo do olímpico espetáculo pequinês. Assim, no país oriental, “o Estado é forte, mas isso não quer dizer que seja ilegítimo. Se ainda fosse fraco, como já foi, lá continuaria a ser o lugar dos negócios da China.” (BENJAMIN, 2008).

Nas perspectivas sociológicas burguesas mais otimistas, mais afeitas aos *negócios do Brasil*, até mesmo uma ideia reacionária própria ao mundo ocidental – seja positivista seja estruturalista – teria a capacidade de se tornar progressista nesta região periférica (CARDOSO, 1984). *A fortiori*, o neopositivismo e o neoestruturalismo, tanto na teoria como na práxis, estariam na origem do avanço regional em termos de industrialização por substituição de importações – processo que foi até mesmo considerado como um *fordismo periférico* (LIPIETZ, 1985, p. 73). Entretanto, “o século XX demonstrou que os países não conseguem simplesmente refazer o mundo ou abreviar as transformações históricas. Tampouco podem produzir mudanças sociais com o simples transplante de instituições através de fronteiras.” (HOBBSAWM, 2007, p. 118).

A exposição abaixo, longe de se contentar com transposições conformistas, desenvolvimentistas ou historicistas, busca avançar no conhecimento científico e crítico para a transformação revolucionária latino-americana, que passa por uma abordagem que relacione o processo de desenvolvimento socioeconômico com as categorias ideologia, Estado e emancipação.

2 SOCIALIZAÇÃO E IDEOLOGIA

Trata-se de contribuir para um processo de socialização na qual os latino-americanos façam a sua própria história, com pleno conhecimento de causa e tendo o comunismo como *antecipação concreta* (BLOCH, 1982, p. 211).³

O comunismo é um fenômeno de consciência, não se chega a ele através de um salto no vazio, uma mudança

na qualidade produtiva ou o simples choque entre as forças produtivas e as relações de produção. O comunismo é um fenômeno de consciência e tem que desenvolver essa consciência no homem, por isso a educação individual e coletiva para o comunismo é uma parte constitutiva dele. (CHE GUEVARA, 2006, p. 12-13).

Portanto, a ideologia é uma das componentes cruciais em todo movimento real voltado para a superação do capitalismo, inclusive porque a extinção dialética do seu caráter mercantil está condicionada, como sublinhou Mandel (2006, p. 239), “tanto pelas transformações das forças produtivas da sociedade, como pelas transformações da consciência e na conduta corrente dos homens.” Para Mandel (Id. *ibid.*, p. 315, anexos) “seria uma utopia abstrata separar de forma absoluta os elementos de uma mesma totalidade concreta, complexa e contraditória, em cujo movimento “há uma interação constante entre a criação de uma infraestrutura material para a expansão da consciência socialista, e o desenvolvimento desta mesma consciência.”). Em particular,

A ideia de que um extenso e profundo desenvolvimento capitalista prévio é indispensável ao êxito da revolução socialista faz parte de arraigados mitos eurocêntricos de nossa época. Onde a revolução burguesa revela-se impraticável, porque a própria burguesia é incapaz de conduzi-la, ou onde a revolução de liberação nacional leva diretamente ao socialismo, a revolução socialista não «herda os problemas que o capitalismo não resolveu»: ela se afirma como a única alternativa possível ao desenvolvimento capitalista. Portanto, ela parte de seus próprios problemas, nos quais se incluem a ruína de extensas massas humanas e a escassez extrema de recursos, seja para acelerar o desenvolvimento econômico, seja para fomentar os padrões socialistas de equidade sem destruir a continuidade e o progresso da revolução. (FERNANDES, 2007, p. 148).

No campo radical, o marxismo “não se impõe a título de ideia: trata-se do movimento efetivo da totalidade social, onde as formações tradicionais são absorvidas no proletariado pela *materialidade* de sua vida real.” (TRÂN-DÚC-THÃO, 1971, p. 365). Portanto, o próprio sujeito revolucionário não pode ficar alheio às ricas determinações das configurações causais objetivas, de sorte que a *consciência de classe* (LUKÁCS, 2001), em vez de ser negada ou abstraída, tem que se adaptar à grande transformação histórica em curso e à

especificação histórica (KORSCH, 1971, p. 37 e seg.) da luta contra a opressão na América Latina. Esta região “ficou tão presa ao imobilismo das revoluções burguesas em atraso e ao bloqueio imperialista” que as experiências radicais como a cubana evidenciam por intermédio de seu “extremismo maduro o ímpeto indomável da eclosão proletária.” (FERNANDES, 2007, p. 324). Para este sociólogo, o retorno à análise crítica dessas experiências é instigado pela própria “contrarrevolução, no Brasil, em outros países da América Latina e em todo o mundo.” (Idem, p. 24). Trata-se de uma exigência para quem pretende fazer antecipações concretas e “conhecer a história de ritmos fortes, que se abre para a frente e assinala uma «nova época de civilização» no solo histórico da América Latina.” (Idem, p.22). Portanto, ao mesmo tempo em que se discorda do conformismo de uma “longa transição” visando superar o “capitalismo senil”, para ao mesmo tempo abandonar a construção firme, ampla e urgente do socialismo neste contexto, se defende a ideia de que este processo de socialização “não pode ser concebido sem democracia, a democratização, por seu turno, implica que seu conflito com a lógica capitalista inscreva naquela o progresso numa perspectiva socialista.” (AMIN, 2001, p. 102 e 46). Neste progresso, “entretanto, o tempo dos oprimidos e explorados, com sua dimensão vital do futuro não pode ser obliterado.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 24). Como se trata de realizar uma democracia proletária urgente e historicamente determinada, por isso mesmo, “reconstruir a unidade dos trabalhadores, dos que desfrutam de certa estabilidade no sistema e daqueles que estão excluídos é, hoje, o principal desafio para o pensamento criativo de uma renovação comunista.” (AMIN, 2005, p. 238). Porém, sustentar a tese de uma transição de *longue durée*, vagamente socialista, implica certa “capitulação” pós-marxista, cujo temor diante do “eterno presente” do capitalismo, faz vacilar e amenizar o processo de socialização radical, capaz de superá-lo orientado por uma antecipação comunista concreta, implementado de maneira crítica e revolucionária, efetivamente “de acordo com o inevitável desafio e o fardo do tempo histórico” (MÉSZÁROS, 2007, p. 25 e seg.). Por isto mesmo, como “única maneira plausível” de cumprir esta tarefa, sem desperdício de tempo, “na visão de Che, a luta contra o imperialismo norte-americano – na qual sacrificou heroicamente sua vida – era inseparável de uma inflexível dedicação ao estabelecimento de uma nova ordem social positivamente sustentável e historicamente viável em escala global.” (Idem, p. 21). Como na perspectiva marxiana, por um lado, “seria necessário, então, indicar aqui com precisão como, na sociedade capitalista atual, são finalmente criadas as condições materiais

e outras que habilitam e obrigam o trabalhador a superar esta maldição histórica.” (MARX, 1975, p. 9). Por outro lado, “as insuperáveis *determinações autocontraditórias internas* ao sistema do capital, que se tornaram plenamente ativas e intensificadas em nossa época” implicam “extrema urgência” para a alternativa antissistêmica, “requerendo o *imperativo das intervenções radicais* com o objetivo de superar as tendências destrutivas” inerentes ao capital (MÉSZÁROS, 2007, p. 333).

No campo conservador, muito bem representado pela ideologia das “etapas do crescimento econômico” de Rostow (1963), a economia do desenvolvimento, segundo o neogramsciano Francisco de Oliveira, “também é uma teoria para a ação, tão fortemente ideologia e ideologizada, que pautou inclusive a política imperialista para a ação na América Latina.” (SABOIA; CARVALHO, 2007, p. XVIII). No campo regulacionista, a ideologia cepalina converteu-se “em referência principal e essencial para a Nação Latino-americana” e, no sentido próprio, a obra de Furtado tornou-se uma ideologia, vale dizer, uma forma de pensar o mundo latino-americano e informar a ação reformadora.” (Idem). Assim, as reformas desenvolvimentistas empreendidas no contexto do modelo de substituição de importações teriam disseminado, também na periferia, o regime de acumulação fordista (GRAMSCI, 2001). Porém, em ambas as experiências reformistas, os programas políticos “*jamaís* foram articulados teoricamente, muito menos empreendidos na prática, como alternativa hegemônica necessária para o modo de reprodução sociometabólica estabelecido.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 324).

Antes do advento dos planos soviéticos e fordistas, imperava a ideologia do *mercado autorregulável* (POLANYI, 1980), que se atualizou, a partir do final dos anos 1970, através da especificação histórica do *mercado livre e eterno* (MANDEL, 1991), que se tornou, por sua vez, a ideologia dominante das práticas capitalistas *pós-modernas* de regressão do *bem-estar social* dos trabalhadores (FARIAS, 2000). Enfim, numa postura de “desarmamento ideológico” (para não dizer, de colaboração pós-moderna, que logo assumiu uma ideologia social-liberal) dos reformistas defensores de um “neo-desenvolvimentismo de caráter social-democrata” (MARINI, 1992, p. 59), impôs-se o “princípio supremo” do neoliberalismo, a saber: “a política de liberdade individual” torna-se “a única política verdadeiramente progressiva” e, dentro desta lógica, “é melhor criar condições favoráveis ao progresso do que fazer um *plano de progresso*.” (HAYEK, 1985, p. 170-171). A submissão a este sumo princípio da economia política do rentista global causa regressão social generalizada, mas é

mais danosa para os países periféricos do que para os países centrais (GOWAN, 1999). Com efeito, o novo imperialismo permanece um processo “que produz, reproduz e revela sem cessar o contraste centros/periferias, por sua própria lógica interna imanente.” (AMIN, 2001, p. 83). Como forma aguda de desenvolvimento desigual, o capitalismo mundializado neoliberal “não tem a virtude de abrir para os *atrasados* a possibilidade de *alcançar* os mais avançados, mas, ao contrário, fecha para aqueles as vias de um desenvolvimento que lhes permitiria de se reconstruírem à *imagem* destes últimos.” (*Idem*).

Na América Latina, o princípio de servidão às relações mercantis e rentistas globalizadas se traduziu no abandono do intervencionismo estatal desenvolvimentista, bem como na serventia do *Consenso de Washington* (WILLIAMSON, 1993). Com efeito, “marginalizados das correntes dinâmicas que cruzam o mercado mundial, pressionados pelo serviço da dívida externa e atolados no estancamento e na inflação, os países da região veem fracassar os propósitos de desenvolvimento autônomo e solidário que formularam na década de setenta.” (MARINI, 1992, p. 48).

Diante da simples constatação das mazelas causadas na América Latina pelas políticas neoliberais de privatização, liberalização e desregulamentação,⁴ evidentemente, considera-se a regressão em tela como uma contrarreforma. Ao tentar resgatar “Celso Furtado e a busca de uma nova aliança política para o desenvolvimento”, Teotônio dos Santos sublinhou que “o neoliberalismo é uma doutrina retrógrada” (*in* SABOIA; CARVALHO, 2007, p. 109). Mas, isto não deve justificar, *ipso facto*, certa nostalgia pragmática do *avanço* social-democrata. Assim, para o teórico da dependência,

Na prática, o retorno a este universo ideológico caduco, convertido em «pensamento único», é um artifício ideológico para justificar políticas econômicas pragmáticas a serviço, sobretudo, dos interesses do capital financeiro internacional. Na realidade, a chamada «ciência econômica» se converteu em um obstáculo colossal para o avanço da humanidade; similar ao que representou a escolástica dos séculos XVI ao XVII, tentando impedir o avanço do Estado do bem-estar social, do racionalismo, da pesquisa empírica e da pesquisa e inovação tecnológicas. (SABOIA; CARVALHO, 2007, p. 109).

Entretanto, não se trata aqui de estabelecer uma alternativa, quer reformista quer esquerdista,

conduzindo a um nível ou um padrão limitado, autoritário ou fixo de desenvolvimento social – que não deve ser visto como um estado, ou uma utopia abstrata, mas como um *processo de socialização* historicamente determinado (FARIAS, 1988). Com efeito, na atualização histórica da democracia socialista,

[...] a determinação inerentemente processual dos objetivos e exigências socialistas significa que as finalidades particulares, independentemente do momento em foco, sempre se referem, de forma simultânea, explicitamente ou não, a um designio geral e se fortalecem, bem como se aprofundam/enriquecem, por suas indeterminações que se desdobram umas nas outras e, com isso, de um modo orgânico, na totalidade em desenvolvimento. (MÉSZÁROS, 2007, p. 226).

Por outro lado, a atualização histórica do *capitalismo democrático* (REICH, 2008) carece de algumas condições objetivas fundamentais, a saber: um compromisso histórico progressista entre representantes das classes em luta; uma *economia mista* (MATTICK, 1980) sob o regime do tripé taylorismo-keynesianismo-fordismo; uma dominação externa sob a forma de uma guerra fria, uma ameaça soviética, etc. Estas são as principais premissas para um fetichismo keynesiano no qual a *burguesia educada* e sagaz tenta fazer com que a sociedade funcione como um carrossel, regulando-a tanto sob a promessa humanista de *pleno emprego*, quanto sob o mito integrador da *sociedade do trabalho* (HABERMAS, 1988), visando neutralizar a luta de classes. A oposição esquerdista ao corporativismo providencial, por sua vez, é uma nova (ou melhor, verde) ideologia alemã que, em nome dos “novos movimentos sociais”, implica a abstração da velha luta de classes, numa perspectiva criticista, que naturalmente não sublinha o caráter de classe do Estado, mas apenas que

o Estado e as grandes corporações poderosas que ele consulta formam uma unidade. Eles tendem do mesmo modo ao controle pela elite e a crescente distância com relação aos eleitorados pelos quais alegam falar. Além disso, estão igualmente comprometidos com o crescente controle burocrático, em nome da eficácia tecnológica, sobre um número cada vez maior de aspectos da vida humana. Mesmo as características aparentemente benignas da sociedade moderna, como o Estado do bem-estar social, introduzido originalmente por iniciativa da esquerda, torna-se suspeito como mecanismos de controle e de «normalização». Ser beneficiário

do Estado do bem-estar social é submeter-se à regulação burocrática, ter a vida moldada por categorias que podem interferir naquelas pelas quais as pessoas desejam viver sua vida. (TAYLOR, 2000, p. 225).

No fundo, com a ampliação e o aprofundamento da crise do capitalismo atual, reconstruir os mitos e dogmas edificados a partir da social-democracia significa tentar, mais uma vez, esterilizar o pensamento e a ação para o avanço do socialismo, como processo dialético, que pode levar também à renovação do capitalismo sob uma configuração pós-moderna de *capitalismo de Estado* (BETTELHEIM, 1977). Aliás, um de seus antigos teóricos periféricos, o cristão-novo do social-liberalismo, o ex-ministro Bresser-Pereira, converteu *post-mortem* o também ex-ministro Celso Furtado em missionário desenvolvimentista, o qual “salientou a necessidade de reverter processo de concentração de renda, de investir em capital humano, e, principalmente, de enfrentar o problema da globalização com o fortalecimento do Estado nacional, que é «o instrumento privilegiado para enfrentar os problemas estruturais».” (SABOIA; CARVALHO, 2007, p. 78).

Em compensação, como um movimento real que supere o estado de coisas presente, a atualização histórica latino-americana da *democratização socialista* (LUKÁCS, 1989) não deve significar a farsa de um retorno pendular ao

em “ter depreciado a educação comunista e instituído o culto irrestrito à autoridade.” (CHE GUEVARA, 2006, p. 195).

Por outro lado, a democracia proletária assume uma perspectiva necessariamente internacionalista e, então, contrária ao modelo estalinista do socialismo num só país. Tanto esta via burocrática, como as neoliberais apontam para construções em blocos econômicos a partir de idéias apriorísticas em termos de unidade continental autoritária, de sorte que “o pressuposto da identidade das nações que a conformam, o propósito da sua integração econômica e política nos são apresentadas, hoje, como constantes da nossa ideologia.” (MARINI, 1992, p. 109). Na realidade, o desenvolvimento social na América Latina será abordado, no parágrafo seguinte, em termos de uma forma estatal especificamente regional, como elemento concreto da totalidade Estado global.

3 SOCIALIZAÇÃO E ESTADO

O desenvolvimento social em termos de bem-estar das massas populares latino-americanas como um todo não se amplia e aprofunda, em primeiro lugar, porque a forma estatal particular latino-americana carece de soberania, pois se totaliza concretamente através das instituições da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que é uma forma particular constitutiva subsumida, no silogismo dos elementos do Império realmente existente, a saber:

ELEMENTOS DO IMPÉRIO REALMENTE EXISTENTE		
Universal	Particular	Singular
Forma Global	Formas Regionais	Formas Nacionais
Imperialismo coletivo ideal	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Imperialismo hegemônico central ➤ Subimperialismo periférico⁵ 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Imperialismo estadunidense ➤ Subimperialismo brasileiro⁶

intervencionismo estatal providencial, rebatizado como socialismo do século XXI, em vez de efetivar a extinção dialética do Estado – como um silogismo (universalidade, particularidade, singularidade), que forma uma totalidade social e histórica –, por intermédio de uma *democracia proletária* (LENINE, 1975). “O tremendo crime histórico de Stalin” evidencia-se exatamente

Em segundo lugar, ocorrem insuficiências na própria estrutura da forma estatal regional. Com efeito, a UNASUL traz a marca da contrarreforma neoliberal das formas estatais singulares, nas suas determinações estruturais objetivas e subjetivas, essenciais e aparentes, a saber:

Aparelhos de Estado: Contrarreformas estatais	Objetividade	Divisão do Trabalho: Recolonização pós-moderna
Aparência	Forma Estatal Regional	Essência
Legitimação de Estado: Contrarreforma constitucionais	Subjetividade	Luta de Classes: Alianças social e neoliberal

Em terceiro lugar, em termos de genealogia, porque se esboçou somente em 2007, na 1ª Cúpula Energética Sul-Americana, uma passagem de cima para baixo da CASA à UNASUL. O contexto internacional é favorável ao avanço da autonomia relativa do bloco, mas é marcado por acordos imperialistas e ambiguidades classistas de uma UNASUL composta de governos conservadores, centro-esquerdistas e nacionalistas radicais.

Em quarto lugar, no domínio da personificação, ocorre a ausência de burocratas que personifiquem a UNASUL, para agir pela defesa de seus interesses geopolíticos específicos contra os permanentes ataques imperialistas. Quanto à reificação, a persistência do populismo e do nacionalismo leva a soluções efêmeras, pontuais ou circunstanciais, que se alienam em matérias como gás, celulose, febre aftosa, etc. Há, também, o fetichismo da neutralidade do bloco regional, tido por tecnicamente neutro em relação ao capital e às classes sociais e, portanto, tenta-se ampliar, aprofundar e repetir a história do modelo desenvolvimentista.

Em quinto lugar, ilustrando o fato de que “nada poderia justificar a racionalização especulativa do presente eternizado do capital” (MÉSZÁROS, 2007, p. 220), as insuficiências financeiras do bloco regional latino-americano tornaram-se um obstáculo à sua própria subsistência em potência e em ato. Os governos dos países latino-americanos reduziram a sua dependência financeira através da criação de um banco regional de controle comum, capaz de financiar o desenvolvimento, sem intermediações rentistas centrais. Aliás, o pagamento da dívida se converte numa verdadeira penúria popular convalidada pelas classes opressoras para gerar o tipo de integração regional que favorece seus negócios (KATZ, 2006).

Em sexto lugar, sobre os propósitos de integração em disputa, há tanto o relançamento do neoliberalismo (ALCA), quanto a regulação providencial do capitalismo regional (MERCOSUL) e cooperação solidária compatíveis com o socialismo (ALBA). Com efeito, para a perpetuação sistêmica, os conservadores tentam perpetuar o mercado “livre” e “eterno” através dos tratados comerciais bilaterais. Enquanto que os reformistas anti-neoliberais tentam implementar, *cum grano salis*, quer um projeto de reprise histórica do regulacionismo providencial, quer um projeto de integração social-liberal da classe trabalhadora ao capitalismo de terceira via, apoiada e promovida por um intervencionismo liberal reciclado e ampliado regionalmente.

Sobre a superação antissistêmica, o fracasso patente do neoliberalismo favorece a ilusão desenvolvimentista que norteia mais uma grande mutação burguesa, com retorno eventual do

planejamento indicativo e da economia mista, com certa primazia setorial para a propriedade estatal, sem substancialmente colocar em causa a sua subjetividade em termos de luta de classe e a sua objetividade em termos de divisão capitalista do trabalho. Entretanto, estimula também a antecipação concreta que orienta o movimento real que abole o estado de coisas presente, tanto na luta geral contra a exploração, a dominação e os ataques à dignidade humana,⁷ quanto na luta específica por uma ampla e profunda redistribuição de recursos, inclusive com a anulação de todas as dívidas que afetam, sobretudo, a superpopulação relativa.

4 CONCLUSÃO: socialização e emancipação

O bloco regional carece de mecanismos executivos, quando a máxima aspiração das burguesias nacionais regionais é a competitividade entre periféricos; as ações do bloco não combatem as assimetrias estruturais e não representam atos de solidariedade com as lutas populares; além do mais, não dão ajuda humanitária efetiva no caso de emergência. Tanto o papel das formas estatais regionais no esfriamento das rebeliões sociais situadas para além dos Estados-nações sul-americanos, como a conquista de posições contra a situação de dependência regional não supera as contradições do capitalismo atual. Os esboços, de acordo com funções mais amplas e profundas, incluindo a questão social na sua construção real, são apenas formas pseudo-concretas que ocultam a essência regressiva da integração regional efetiva. Portanto, uma nova democratização socialista deve ser construída para além das categorias mercado e população, no seio de um processo historicamente determinado de emancipação. Importa explicitar o universo classista latino-americano, pois as distintas vias em disputa entre neoliberais, neo-desenvolvimentistas e radicais antiimperialistas expressam interesses de classes opressoras e oprimidas que devem ser clarificados.⁸ A questão da reforma e da revolução deve ser abordada não como uma antinomia abstrata, mas como um processo dialético concreto. A segmentação e a diversificação obrigam os oprimidos a se agruparem contra os opressores, em nível nacional e internacional, na busca atual da unificação socialista dos povos. Assim,

O grande desafio e o fardo do tempo histórico é que a conflitualidade/adversidade antagonica deve ser permanentemente consignada ao passado, a fim de deixar para trás, e para sempre também, o círculo vicioso fatídico – em nosso tempo inevitavelmente *fatal* – da guerra e da

política, como é conhecido por nós até o presente. (MÉSZÁROS, 2007, p. 32).

A subjetividade revolucionária inerente ao processo de socialização que interessa aos oprimidos latino-americanos permanece uma determinação de classe. Mas, a luta de classe é uma categoria historicamente determinada e, portanto, deve ser atualizada temporal e espacialmente. Nessa luta, que traz o carimbo da história, por um lado, os proletários não se unificam *a priori*, sinteticamente, como classe assalariada, mas como seres ricos em determinações, a saber: dominados, explorados e humilhados. Na medida em que estas determinações articulam-se dialeticamente numa mesma totalidade, a luta de classes referenciada na antecipação concreta de superação das mesmas tem que ser dirigida contra o conjunto dessas determinações, as quais, longe de constituir uma nova condensação burocrática do poder, só pode ter sentido como democratização proletária, em sua vida cotidiana, pelo controle de suas formas de existência sociais. Por outro lado, os proletários não se unificam, *a priori*, como força de trabalho da população ativa, mas também como membros de uma imensa superpopulação relativa.

A luta de classes na sua unidade e na sua diversidade é indispensável na abordagem crítica e revolucionária da sociedade latino-americana contemporânea. Nesta formação semi-industrializada, considerando a especificidade de que conjunto do proletariado vive tanto na cidade, como no campo, sem aliança operário-camponesa, será impossível desencadear um processo revolucionário socialista. Considerando outras especificidades, com afirmou Mandel (1977, p. 386), “esta revolução terá um caráter combinado, devendo ser integradas em todo projeto tendente à conquista do poder pelo proletariado”, as explosões de rebelião, tanto “dos setores empobrecidos pelo atual crescimento econômico”, como dos setores atingidos pelas diversas formas de atentado à dignidade humana (racismo, machismo, etc.). Assim, contra a exploração, a dominação e a humilhação, “a luta pela emancipação humana se escapa cada vez mais do quadro estreito da relação salarial para ocupar diretamente os diversos espaços da opressão” (COUTROT, 2004, p. 78-79), ao invés de se acorrentar no economicismo e na burocratização, para perpetrar um “programa de compromisso” (MARX, 1975, p. 23).

Em vez de se limitar aos esquemas liberais ou regulacionistas de interpretação dualista do trabalho formal *versus* trabalho informal, empregado *versus* desempregado, o recurso à concepção marxista de unidade e diversidade

do proletariado, com suas fronteiras dinâmicas e obedecendo às leis gerais da acumulação capitalista (MARX, 1976, p. 437 e seg.) serve para compreender e transformar a situação regional atual de trabalho flexível, móbil e precário. Assim, ao “absorver padrões de capitalismo avançado” as classes opressoras “na verdade jogam fora do sistema de trabalho uma grande parte da sociedade” e, simultaneamente, “uma parte maior ainda na miséria permanente.” (FERNANDES, 2007, p. 330). A solução reformista corrente, de uma simples reforma trabalhista visando à redução do tempo de trabalho nos marcos do capitalismo, não teria eficácia por ignorar uma “reciprocidade dialética”, qual seja: a que se estabelece “entre a luta pelo objetivo imediato de reduzir significativamente o tempo de trabalho e a transformação progressiva da ordem estabelecida, que não pode deixar de resistir e anular todas essas demandas.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 141).

Em geral, “as determinações atualmente conflitantes do tempo histórico não podem ser eliminadas pela força, nem transformadas de fato na solução permanente ilusoriamente incontestável dos antagonismos sociais arraigados – estruturalmente irreconciliáveis.” (*Idem*, p. 325). Em particular, além de reconstruir a problemática revolucionária com base na experiência atual da luta dos oprimidos, a emancipação proletária latino-americana terá que superar tanto a antinomia institucionalizada entre movimentos sociais e movimentos políticos e sindicais, como a integração de todos esses movimentos no seio das formas estatais, inclusive pela recusa das vias autoritárias populistas. Aliás, “a população é uma abstração, ao se negligenciar, por exemplo, as classes que a compõem.” (MARX, 1977, p. 165).

REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir. **Au-delà du capitalisme sénile**. Paris: PUF, 2001.
- BENJAMIN, César. Tomara que seja linda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/cesar-benjamin-e-as-olimpiadas-da-china>>. Acesso em: 3 set. 2008.
- BETTELHEIM, Charles. **La transition vers l'économie socialiste**. Paris: François Maspero, 1977.
- BLOCH, Ernst. **Le Principe Espérance**. Paris: Gallimard, 1982. vol.II.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Les idées à leur place: le concept de développement en Amérique latine**. Paris: A. M. Métailié, 1984.

CHE GUEVARA, Ernesto. **Apuntes críticos a la economía política**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.

_____. et al. **El Gran Debate**: sobre la economía en Cuba. Melbourne / Nova York: Ocean Press, 2006.

COUTROT, Thomas. À propos des classes sociales dans le mouvement social contemporain. In: HUSSON, Michel et al. **Le marxisme face au capitalisme contemporain**. Paris: Syllepse, 2004.

DEBRAY, Régis. **La critique des armes**. Paris: Seuil, 1974. 2 vol.

ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach et la fin de la philosophie classique allemande**. Paris: Sociales, 1976.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **L'État et le processus de socialisation capitaliste au Brésil**. Paris: Université Paris-Nord, dezembro de 1988. Tese de Doutorado de Estado.

_____. **O Estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **A globalização e o Estado cosmopolita**: as antinomias de Jürgen Habermas. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A economia política do financeiro. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, UFMA v.7, n.2, julho/dezembro de 2003.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo**: a revolução cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GOWAN, Peter. **The Global Gamble**: Washington's Faustian Bid for World Dominance. Londres/Nova York: Verso, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Torino: Einaudi, 2001. Vol. 3.

HABERMAS, Jürgen. **Ensayos Políticos**. Barcelona: Península, 1988.

_____. **Era das Transições**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KATZ, Claudio. **El rediseño de América Latina**: ALCA, MERCOSUR Y ALBA. Buenos Aires: Luxemburg, 2006.

KORSCH, Karl. **Karl Marx**. Paris: Champ Libre, 1971.

HAYEK, Friedrich A. **La route de la servitude**. Paris: PUF, 1985.

KLEIN, Naomi. **Doutrina do choque**: ascensão do capitalismo do desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LENINE, Vladimir. **Oeuvres Choisies**. Vol. 2. Moscou: Progrès, 1975.

LIPIETZ, Alain. **Mirages et miracles**. Paris: La Découverte, 1985.

LUKÁCS, Geörgy. **Socialisme et démocratisation**. Paris: Messidor & Sociales, 1989.

_____. **Dialectique et spontanéité**: en défense de Histoire et conscience de classe. Paris: Les Éditions de la Passion, 2001.

MANDEL, Ernest. Comentários finais al Seminario de Oaxaca. In: ZENTENO, Raúl B. (dir.) **Clases sociales y crisis política en América Latina**. México: Siglo Veintiuno, 1977.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARX, Karl. **Le Capital**. Paris: Sociales, 1976.

_____. **Manuscrits de 1857-1858 (Grundrisse)**, 2 tomos. Paris: Sociales, 1980.

_____. **Contribution à la critique de l'économie politique**. Paris: Sociales, 1977.

_____. **Critique du Programme de Gotha**. Pekin: Langues Étrangères, 1975.

MATTICK, Paul. **Economics, Politics and The Age of Inflation**. Londres: Merlin, 1978.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**, Rio de Janeiro: Campus, 1980.

REICH, Robert B. **Supercapitalismo**: como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

RORTY, Richard. **Pragmatismo y política**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1998.

ROSTOW, W. W. **Les étapes de la croissance économique**. Paris: Seuil, 1963.

SABOIA, João; CARVALHO, Fernando J. Cardim de (org.). **Celso Furtado e o século XXI**. Barueri; Rio de Janeiro: Manole / IE-UFRJ, 2007.

TOURAINÉ, Alain. **La parole et le sang**. Paris: Odile Jacob, 1988.

_____. **Les sociétés dépendantes**. Paris: Duculot, 1976.

TRÂN-DỨC-THÁO. **Phénoménologie et Materialisme Dialectique**. Paris: Gordon & Breach, 1971.

WERNER, Xavier. Socialisation, capitalisme et socialisme. In: HUSSON, Michel et al. **Le marxisme face au capitalisme contemporain**. Paris: Syllepse, 2004.

WILLIAMSON, John. Democracy and the *Washington Consensus*. Oxford: **World Development**, v.21, n.8, 1993.

NOTAS

(Endnotes)

1. Sobre este tema, nas experiências neoliberais, ver Klein (2008).
2. Faz-se aqui a distinção leninista entre a estatização ou a nacionalização (como atos jurídicos) e a socialização, “que implica uma capacidade social de contabilizar e repartir os meios de produção e os produtos” (BETTELHEIM, 1977, p. 45).
3. Sem esta categoria, os revolucionários latino-americanos, como o próprio Che Guevara destacou, não poderiam “prever na sua consciência toda uma série de passos que deverão se realizar e forçar a marcha dos acontecimentos, mas forçá-los dentro do que objetivamente é possível.” (CHE GUEVARA *et alii*, 2006, p.100).
4. Quando se destacam tanto a expulsão do trabalho vivo das constituições regionais (demolição de direitos sociais e trabalhistas), como a recolonização da região pela Triade.
5. “O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapôs ao esquema simples de divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia, que preocupava a CEPAL – um sistema de relações muito mais complexo.” (MARINI, 1992, p. 137).
6. “A ditadura militar brasileira pôs em prática uma política subimperialista, que tinha por objetivo converter

o país num centro intermediário de poder, dentro do sistema mundial de dominação estruturado em torno dos Estados Unidos, com projeção preferencial na América Latina e, em geral, no Atlântico Sul.” (*Idem*, p. 135). Evidentemente, as formas “subimperialistas” regionais e nacionais atuais ainda não se consolidaram, mas já se manifestam com pompa e circunstância na ocupação do Haiti, sobretudo pelos países membros do MERCOSUL, liderada pelo Brasil.

7. A totalidade concreta, complexa e contraditória que envolve estas categorias foi desarticulada em esquemas dualistas elaborados pela ideologia das *sociedades dependentes*. Assim, “a análise da dependência econômica deve partir da lógica do capitalismo internacional, da drenagem dos capitais, da super-exploração do trabalho camponês e operário, do mesmo modo que a análise sociológica das situações nacionais nos mostra o papel dos privilégios e da exclusão, em vez do choque direto de interesses de classes [...] É da natureza das sociedades dependentes que a dominação externa à qual estão submetidas as desarticule, as dualize.” (TOURAINÉ, 1976, p. 104).
8. Para Fernandes (2007, p. 109), na revolução cubana de 1959, “as classes trabalhadoras e os humildes foram deslocados para a condição de uma retaguarda mobilizada e militante. Atinge-se, então, o clímax da socialização política produzida e a consciência revolucionária do jovem rebelde traduz não só as exigências da «revolução nacional» e da «luta antiimperialista», mas a própria consciência da classe trabalhadora, que emerge como a classe revolucionária, e seu poder real, o poder popular.” Adotam-se, aqui, concordando com a tese leninista de *ditadura do proletariado* (LENINE, 1975), os conceitos sociologicamente mais amplos das classes oprimidas (no lugar *das classes trabalhadoras e os humildes*) e do poder proletário (em vez do *poder popular*), no sentido de contribuir para uma especificação histórica da luta contra a opressão na América Latina.

Flávio Bezerra de Farias

Doutor em Economia. Professor do Departamento de Economia, atuante nos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: flavio.bezerra1903@terra.com.br

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Av. dos Portugueses, s/n – Campus do Bacanga.
São Luís - MA
CEP 65.085-580